

DECLARAÇÃO TEOLÓGICA
DE BARMEN: BREVE ANÁLISE
DESSA DECLARAÇÃO EM SEU
PAPEL REPRESENTATIVO COMO
RESPOSTA AO MOVIMENTO DE
COOPTAÇÃO DA IGREJA CRISTÃ NA
ALEMANHA PELO REGIME NAZISTA

THEOLOGICAL DECLARATION OF BARMEN: A BRIEF ANALYSIS OF THIS
DECLARATION IN ITS REPRESENTATIVE ROLE AS A RESPONSE TO THE
NAZI REGIME'S CO-OPTATION OF THE CHRISTIAN CHURCH IN GERMANY

DECLARACIÓN TEOLÓGICA DE BARMEN: UN BREVE ANÁLISIS DE ESTA
DECLARACIÓN EN SU PAPEL REPRESENTATIVO COMO RESPUESTA A LA
COOPTACIÓN DE LA IGLESIA CRISTIANA EN ALEMANIA POR PARTE DEL
RÉGIMEN NAZI

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise da Declaração de Barmen, documento elaborado e apresentado após reunião do Primeiro Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã, que visava prover orientação para os cristãos Alemães sobre a necessidade de unidade da Igreja na Alemanha, rechaçando todas as tentativas encabeçadas pelo regime nazista de cooptar essa Igreja, tornando-a um órgão do Estado, ou seja, uma instância de legitimação desse Estado nazista. As teses dessa Declaração evidenciam de forma clara como o nazismo tentou cooptar a Igreja Cristã na Alemanha e buscam refletir sobre os razoáveis e necessários limites da relação entre poder temporal e religioso.

Palavras-chave: Luto. Psicologia. Psicanálise. Bíblia. Pandemia. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O momento atual nos quadros da política brasileira permitiu o ressurgimento de lideranças que utilizam discursos de legitimação de seu papel político fundamentados sobre representações simbólicas, sobretudo as relacionadas à dimensão religiosa. Para justificar o alcance de posições seja em cargos no executivo, legislativo ou judiciário, seus discursos fazem referência ou se estabelecem tendo como premissa ou fundamento o ideário de que estariam comissionados por Deus para cumprimento de uma missão divina, ou seja, essas lideranças estariam cumprindo um expediente divino nas variadas funções de governo. Logo se faz necessário, se não mesmo premente, rediscutir, reavaliar, ainda que sobre outros enfoques, os meandros e implicações da relação entre poder temporal e religioso e como isso se expressa nos discursos e suas representações.

¹ Possui graduação (licenciatura plena) em História pela PUC-MINAS, bacharelado em Teologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), pós-graduação em Teologia e Interpretação Bíblica pela Faculdade Batista do Paraná (FABAPAR) e pós-graduação em História do Cristianismo e do Pensamento Cristão pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (STBSB)

É razoável esclarecer que esse artigo não se presta a refletir ou discutir sobre tendências ou inclinações religiosas de quem quer que seja, mas sim, analisa-se o forte simbolismo que carregam os discursos que querem construir a ideia de legitimidade ou a ideia de que um determinado governo ou liderança política possui uma espécie de missão, um mandato conferido, não pelas vias normativas de escolha dos representantes políticos, mas sim, por uma espécie de missão conferida pela Divindade para exercício de suas funções.

A Historiografia nos permite compreender que esse fenômeno político perpassou de forma mais explícita e sistemática o período da Modernidade e Contemporaneidade de muitas formas e sob muitas roupagens, ou seja, discutir as lógicas de relacionamento entre poder temporal e religioso na História é um trabalho de análise contextual complexo, na medida em que histórica e socialmente a própria noção de estabelecimento de um Estado não pode ser dissociada do papel desempenhado pelo estabelecimento de diversas matrizes religiosas e, sobretudo do cristianismo.

A Contemporaneidade desvelou ou estabeleceu a noção de que Estado e religião deveriam ser instâncias separadas e autônomas, sobretudo em virtude da reflexão de que as experiências históricas anteriormente vivenciadas em sistemas políticos ao longo desses períodos demonstraram de forma inequívoca que a relação entre poder temporal e religioso foi majoritariamente deletéria para as sociedades que a vivenciaram. Parecia que essa noção estava suficientemente consolidada até que o nazismo a quis introduzir novamente, só que de forma menos explícita.

O nazismo compreendeu a força do cristianismo dentro da sociedade Alemã, força de mobilização e de coesão social, força sem o qual não poderia estabelecer e consolidar seu papel como sistema político na sociedade Alemã. Hitler capturou e compreendeu de forma hábil o importante papel desempenhado pelo cristianismo na Alemanha e dessa forma soube ajustar seus discursos, sua prédica, de forma a demonstrar que estava sendo comissionado por Deus para resgatar a Alemanha do

profundo abismo social relegado pela derrota na Primeira Guerra Mundial e pelo fracasso em que se constituía o sistema republicano naquele momento na Alemanha.

Com os olhos na experiência nazista ou mais especificamente em como o nazismo soube construir em suas bases conceituais e discursos a noção de que lhe cabia um mandato divino para reconstrução da sociedade Alemã, vislumbra-se a relevância de estabelecer uma melhor compreensão sobre esse fenômeno, quais são suas similaridades e diferenças com o tempo presente.

Esse artigo, portanto, se preocupa com os discursos e as lógicas que lhe oferecem fundamentação dentro de um quadro de discussão mais ampla sobre os limites da relação entre Estado e Igreja. É razoável esclarecer que as condições sociais e históricas no Brasil atualmente são muito diferentes daquelas que se impunham sobre a Alemanha na década de 30 do século XIX, logo a tentativa não é nem de longe a de estabelecer similaridades ou forçar uma interpretação sobre a realidade social brasileira, querendo perfazer a ideia de que o Brasil está ou caminha para um regime totalitário, como foi o nazismo. Não se trata disso definitivamente. Esse artigo, reforço, se preocupa com os discursos e suas representações simbólicas. Os discursos das lideranças políticas no Brasil atualmente apresentam figuras de linguagem e noções eivadas de representações simbólicas muito próprias de uma dimensão de religiosidade, especificamente a cristã. Isso faz refletir sobre quais são os limites da relação entre Estado e Igreja no Brasil atualmente.

Objetiva-se também compreender qual foi o papel da Igreja Cristã na Alemanha nazista, como ela interpretou e reagiu a tentativa de cooptação de seu papel naquela sociedade para fins de legitimação daquele regime político. Torna-se necessário arrazoar ou refletir sobre qual tem sido o papel da Igreja Cristã Brasileira, em suas diversas denominações, em relação aos quadros e acontecimentos políticos no Brasil na atualidade. Parece-me que a Igreja Cristã Brasileira tem sido também, em alguma

medida, cooptada pela prédica de lideranças políticas. É razoável considerar que não há qualquer óbice às lideranças cristãs possuírem e até mesmo externarem suas inclinações e simpatias por determinada liderança política. Mas o que se vislumbra é um tão sólido grau de alinhamento nos discursos a ponto de tornar-se relevante novamente discutir sobre a relação entre poder temporal e religioso.

A justificativa de utilizar a Declaração de Barmen se verifica notadamente porque suas teses permitem estabelecer de forma inequívoca os limites do papel da Igreja dentro da sociedade, salvaguardando seu ministério de ser cooptado por um sistema político para fins de legitimação, sobretudo quando as bases conceituais desse sistema político se confrontam com a mensagem do evangelho. A Declaração foi formulada como documento proveniente de um Sínodo da Igreja Confessante. Essa Igreja, por sua vez, surge na Alemanha exatamente para ser um instrumento combativo contra esse movimento de cooptação.

Organicamente se observa o nascimento de uma iniciativa, a Igreja Confessante, que objetivava ser uma voz a denunciar a tentativa do regime nazista de tornar a Igreja Cristã na Alemanha um braço do Estado. A Declaração objetivava demonstrar que a Igreja na Alemanha possuía seu lastro conceitual e espiritual na Sagrada Escritura e não nos princípios ditados pelo regime nazista. A Declaração é, portanto, um convite de retorno a um princípio de unidade da Igreja e de reconsideração sobre seu papel na sociedade.

Portanto se o que o presente artigo almeja analisar essencialmente são as lógicas e implicações da relação entre Estado e Igreja na Alemanha no período nazista, utilizando a Declaração de Barmen como fundamento para tal, propõe-se indagar: Em que medida e em que termos essas relações se estabeleceram? Quais foram os posicionamentos majoritários da Igreja Cristã em relação ao nazismo e seu papel na Alemanha? Houve falha das diversas denominações cristãs na Alemanha em interpretar o que de fato representava o regime nazista? O regime nazista de fato tentou

criar uma Igreja do Estado? Como foi estruturado o processo de resistência a esse intento? Essas são questões que o artigo tentará responder.

Parece-me que a Igreja Cristã na Alemanha em suas diversas denominações incorreu no erro de anuir, de dar ares de legitimidade a um sistema político totalitário, creditando a ele a capacidade de ser uma resposta viável aos profundos problemas sociais que a Alemanha enfrentava no pós-guerra. É possível que o desejo de reconstrução de um império outrora poderoso, mas agora arrasado, fosse motivação suficiente para não perceber o que o nazismo representava e como ele se tornaria um episódio tão trágico na história da Alemanha e do Mundo. É possível enxergar e interpretar na história Alemã uma tão forte tendência, disposição e empenho para exercício de um papel de liderança e imperialismo no mundo, que talvez para retomá-lo, estivessem dispostos a aceitar os terrores do nazismo, se de fato vislumbrassem a possibilidade de reaver seu papel de liderança e poderio no Ocidente. É possível estabelecer uma compreensão de que toda a fragilidade, de que todo o ocaso vivenciado pela sociedade Alemã no pós-guerra poderia ter obliterado a visão ou a capacidade de discernimento da opinião pública na Alemanha, a ponto de permitirem que um tão nefasto sistema de poder como o nazista ganhasse campo naquela “terra arrasada”.

1 ANTECEDENTES

Em 09 de novembro de 1918 o outrora Império Alemão governado pelo Kaiser Guilherme II² se torna uma República, historicamente conhecida como República de Weimar, pois as reuniões e assembleias para acordo e deliberação para mudança de regime político e instituição do regime republicano ocorreram na cidade de Weimar, situada na Região da Tu

² Guilherme II foi o último Imperador alemão e Rei da Prússia de 1888 até sua abdicação em 1918 no final da Primeira Guerra Mundial.

ríngia, estado localizado na parte centro-leste da Alemanha. Uma nova Constituição foi promulgada para a nova república em 11 de Agosto de 1919.

Nesse contexto coube ao partido social-democrata encabeçar o processo de restauração da Alemanha tão fragilizada por sua derrota na Primeira Guerra Mundial e tão humilhada pelos termos do Tratado de Versalhes. Compreender questões como a mudança de regime político, o papel da social-democracia nessa nova etapa histórica e até mesmo os desdobramentos terríveis gerados pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial são capitulares para compreensão do fenômeno de ascensão do regime nazista ao poder na Alemanha e o amplo apoio que conquistou para tal, inclusive da Igreja Cristã em suas diversas denominações.

Após a derrota na Primeira Guerra Mundial a Alemanha ficou submetida às cláusulas do Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919. Esse Tratado trazia os termos de rendição da Alemanha e sabe-se que foi costurado por Ingleses e Franceses após alguns meses de deliberações. Notoriamente ele contribuiu para arrastar a Alemanha para uma profunda crise social, econômica e política, pois suas cláusulas previam perda de territórios outrora pertencentes à Alemanha, como a Alsácia Lorena, diversas colônias africanas, cessão de territórios para a Polônia, Tchecoslováquia, Bélgica e o Sarre. Somando a isso a Alemanha deveria limitar-se a possuir um exército de soldados profissionais com no máximo 100.000 homens, o serviço militar obrigatório foi suprimido, foram proibidos de possuir marinha e aviação de guerra. Ainda cabia a Alemanha o pagamento de indenizações aos países da Entente³ por prejuízos causados pela guerra.

Esse pequeno panorama de todas as medidas impostas a esse país no pós- guerra deve fornecer compreensão de que o outrora império Alemão foi submetido em alguma medida a uma situação de humilhação,

³ A Tríplice Entente foi uma aliança ou bloco militar formado por Reino Unido, França e Rússia. Esse bloco lutou na 1ª Guerra Mundial contra o bloco da Tríplice Aliança formado por Alemanha, Áustria-Hungria e Itália.

haja vista que todas essas condições impostas o submeteram a um quadro de caos social, político e econômico. Após a rendição pululavam lideranças e iniciativas de diversos setores da sociedade Alemã sequiosos por encabeçarem a vanguarda de um processo de restauração daquela sociedade.

Literalmente se observou principiar um processo revolucionário encabeçado por lideranças operárias, naturalmente esperançosas de que a Alemanha pudesse vivenciar a experiência de mudança de regime aos moldes do que havia ocorrido na Rússia Bolchevique. Ao mesmo tempo setores das forças armadas naturalmente alinhados com partidos políticos umbilicalmente ligados a monarquia tentavam refrear esse processo. Todos os setores conservadores da sociedade Alemã, notoriamente defensores da monarquia, não desejavam que a experiência histórica da Rússia comunista se implantasse em seu território. A instituição do regime republicano foi missão dura, pode-se dizer mesmo que representava um duro golpe para vários setores da sociedade na Alemanha.

O que se veicula correntemente nas conversas de todos os dias, entre os comerciantes, nos escritórios, tanto na cidade como na aldeia, era que a República de Weimar não era Alemã, era importada, fora designada pelo presidente Wilson⁴ e chegaram os furgões estrangeiros (Richard, 1988, p. 56).

Esses atentados, esses assassinatos, essas perturbações, essas manifestações que marcam a República de Weimar nos seus inícios constituem o pano de fundo da atmosfera geral. Que paisagem contraditória! Por toda parte as oposições são tensas e exacerbadas, que se tem a impressão de um universo fantástico, de um mundo irreal (Richard, 1988, p. 60)

O outrora Império Alemão, sociedade que poderia ser considerada ma-

⁴ Thomas Woodrow Wilson foi o 28º Presidente dos Estados Unidos de 1913 a 1921.

oritariamente conservadora, no sentido mais clássico que esse termo possui agora se tornar a república. Uma república agitada por ventos impetuosos de tentativas de revoluções. Não fosse assim nunca teríamos tido a oportunidade de descrever um episódio muito simbólico e que diz muito sobre essa rejeição ao regime republicano.

Nesse episódio descrito pela historiografia como o Putsch da Cervejaria ou o Putsch de Munique, ocorrido em Novembro de 1923, um militar de nacionalidade Austríaca desmobilizado do exército Alemão, chamado Adolph Hitler, intentou promover um golpe de Estado e em uma cervejaria na cidade Munique enquanto participava de uma reunião da Liga Patriótica, tomou a palavra e informou que o governo republicano estava desde aquele momento destituído e que Munique estava sendo atacada por tropas sobre seu comando. Essa tentativa de golpe foi rapidamente suprimida e Hitler foi preso por nove meses, ocasião em que inclusive teve a oportunidade de escrever a principal obra do Nazismo, o livro *Mein Kampf* ou traduzido, *Minha Luta*.

Hitler nesse contexto havia integrado as fileiras de um partido político recém criado e que em alguns anos iria governar a Alemanha nazista, o Partido Nacional-Socialista dos Operários Alemães. Outro fator de grande importância para análise dos motivos pelos quais o povo Alemão permitiu a ascensão do nazismo como fenômeno político e cultural na Alemanha diz respeito ao antissemitismo dessa sociedade. Quisera haver oportunidade de desenvolver mais essa temática, mas o artigo irá discorrer sobre isso em breves palavras, embora sua importância seja capitular para o tema.

Hitler e o Partido Nacional-Socialista dos Operários Alemães souberam captar e explorar em benefício na corrida pelo poder o sentimento de aversão que muitos setores da sociedade Alemã possuíam pelos Judeus. Sob ponto de vista histórico cabe destacar a imensa contribuição dos abastados homens de negócios e banqueiros judeus que permitiram que a Alemanha se tornasse uma das mais ricas potências ocidentais.

Um testemunho claro disso é o papel desempenhado na Alemanha pela poderosa família de banqueiros judeus, os Rotschild⁵.

Estranhamente em muitos setores dessa sociedade predominava um sentimento de que os judeus eram responsáveis por grande parte das desgraças vividas pelo povo Alemão e até mesmo pela derrota humilhante na Primeira Guerra Mundial. Por hora não se pode desenvolver as motivações que explicam esse sentimento, mas sim afirmar que ele era real e estava permeado como uma espécie de senso comum em muitos setores da sociedade Alemã. Pode-se dizer é verdade, de forma circunstancial, que parte desse sentimento impregnado na sociedade Alemã existia, pois ela foi um dos berços da Reforma Protestante e da vida e obra de Martinho Lutero.

Lutero em muitos dos seus escritos condenava os judeus por não terem compreendido Jesus como o Messias prometido pelas escrituras e o terem crucificado. Justiça seja feita. A intenção de Lutero em seus escritos nunca foi motivar a tentativa de extermínio de uma raça, como o que foi tentado pelos nazistas contra os judeus, algo, aliás, que obviamente confrontaria frontalmente a mensagem do Evangelho, mas não é exagero dizer que parte desse sentimento antissemita dessa sociedade encontra guarida em uma interpretação grosseira dos escritos de Lutero.

De qualquer forma algo que simboliza bem a medida exacerbada desse sentimento de antissemitismo espalhada na cultura Alemã fica demonstrado no atentado sofrido pelo ministro das Relações Exteriores da República de Weimar, o Judeu Walter Rathenau. Ele foi vítima de uma espécie de emboscada ao sair de sua casa em 24 de junho de 1922, atacado por tiros de pistola por indivíduos que compunham uma espécie de grupo destinado a eliminar aqueles aos quais consideravam inimigos da pátria, notadamente, aqueles que compunham os quadros de liderança política da recém implantada República.

⁵ A Família Rothschild é uma família Judia, com origem em Hamburgo, na Alemanha. Eles estabeleceram uma dinastia bancária na Europa.

Walter Rathenau era um político hábil e havia trabalhado pela assinatura do Tratado de Rapallo que preconizava pacto de boas relações diplomáticas entre Rússia e Alemanha. O tratado previa entre suas cláusulas desistência de reparações e indenizações financeiras entre esses países em decorrência dos esforços de guerra, mas foi toscamente interpretado por setores de direita da sociedade Alemã como uma tentativa de alinhamento político-ideológico com a Rússia comunista.

A sociedade Alemã em que se estabeleceu a República era conservadora em sua grande maioria, anticomunista, embora possuísse um partido comunista atuante, padecia de uma espécie melancólica de sentimento de viuvez pelo decesso do sistema Monárquico e era antissemita em sua essência. Um partido, o Nacional-Socialista dos Operários Alemães possuía em suas fileiras indivíduos que desejavam a derrubada do sistema republicano, não aceitação dos termos do Tratado de Versalhes, retomada dos esforços para alcance de uma Alemanha imperialista.

Eles nutriam um sentimento de vingança contra as nações que haviam relegado a Alemanha aquela situação de humilhação. Esse partido objetivava tomar o poder na Alemanha. Como a História pode testemunhar eles chegaram ao poder por terem tido a hábil capacidade de traduzir sentimentos e percepções espalhadas na sociedade Alemã. Entre suas principais lideranças se encontrava Adolph Hitler, o Führer⁶ do 3º Reich⁷.

1.1 SEÇÃO CRISTIANISMO POSITIVO

Hitler compreendeu de forma hábil a força do cristianismo e da Igreja Cristã na Alemanha. Esse público era formado por indivíduos procedentes da tradição luterana em sua grande maioria e católicos. Em seu discurso no Parlamento Alemão (Reichstag⁸) em 23 de março de 1933, data

6 Em Alemão a expressão Führer quer dizer condutor, líder, guia ou chefe.

7 Reich é uma palavra alemã que significa literalmente, em português, Império ou Reino.

8 Reichstag é o prédio onde o parlamento federal da Alemanha exerce suas funções.

em foi referendado como Führer, Hitler reafirmou o importante papel desempenhado pelas Igrejas Cristãs para preservação da sociedade e identidade nacional do povo Alemão. Essa fala é importantíssima para compreender qual seria, na perspectiva de Hitler, o papel que os segmentos cristãos da sociedade Alemã deveriam cumprir em seu governo.

Os cristãos eram conservadores por natureza, possuíam uma verdadeira ojeriza pelo sistema republicano e sua régua moral deficiente. Grupos excluídos e marginalizados começavam a ser alcançados por políticas públicas na República de Weimar. Dentre eles se destacam homossexuais, ciganos, deficientes físicos e mentais e tantos outros. Naturalmente se destaca dentre esses grupos os judeus. O Historiador Richard Evans em sua obra Terceiro Reich na História e na Memória categoriza essas classes marginalizadas na Alemanha Nazista como uma espécie de Forasteiros Sociais.

Segundo Evans, homossexuais, portadores de deficiências físicas e mentais, mendigos, sem-teto e errantes, grupos étnicos como ciganos, eslavos e outros povos subjugados foram tiranizados e submetidos a maus-tratos em variados graus e proporções pelos nazistas. Definitivamente para muitos setores da opinião pública Alemã o sistema republicano representava o ocaso para aquela sociedade que aspirava ao papel de vanguarda moral do Ocidente. O que os líderes republicanos consideravam como reflorescimento e estabelecimento de novos paradigmas dentro daquela cultura, os conservadores interpretavam como sinal de fraqueza e frouxidão moral.

Ter os cristãos ao seu lado seria essencial para Hitler, porém havia alguns entraves, a saber: O cerne do cristianismo repousa sobre a figura do Cristo como servo sofredor, como aquele que suportou ser afligido pelos piores castigos para propiciar salvação e reconciliação à humanidade. A noção de Calvário, de uma via dolorosa, de um Cristo sofredor representava ideário frontalmente oposto às noções que formavam ou formatavam uma espécie de consciência coletiva do povo Alemão funda-

mentada, por sua vez, no ideário de um povo destinado ou, antes mesmo, predestinado à vitória, ao imperialismo e para tanto formado por heróis de guerra.

Foi esse tipo de mentalidade, inclusive, que havia motivado a Alemanha governada pelo Kaiser Guilherme II a entrar na Primeira Guerra Mundial, ciosos e plenamente crentes de que venceriam aquela guerra dominando e subjugando ainda mais territórios para projetar a Alemanha à condição de grande nação imperialista. Como alinhar essa mentalidade dominante e imperialista como conjunto de ideias que estavam no centro da prédica cristã.

O Cristo do cristianismo para os ideólogos nazistas era fraco, tenazmente misericordioso, sua mensagem e sua ação preconizavam abraçar e redimir os excluídos, os marginalizados, sua mensagem afirmava que os pacificadores herdariam o reino dos céus, seu ministério foi conceitualmente descrito como o da reconciliação, expressão que não interessava, nem compunha o conjunto de valores da cultura Alemã.

Em suma, esse Cristo não fazia jus à imagem do guerreiro Teutônico⁹. Para sanar esse problema formulou-se a imagem do Jesus Ariano e essa imagem, inclusive, ajudava a dar substrato ao antissemitismo da cultura Alemã e ao seu desejo de eliminar esse povo. Se o judaísmo esteve no centro das maquinações que permitiram a crucificação de Jesus, então caberia alterar essa noção do Cristo como vítima dos judeus, ou pelo menos usar esse argumento para aumentar a ojeriza a esse povo.

A fim de superar, do ponto de vista estético, aquilo que poderia parecer um sinal de derrota frente às maquinações judaicas, outras representações de Jesus foram desenvolvidas nos anos 30 na Alemanha. Por meio delas buscou-se reforçar a vitória da cruz sobre os Judeus. Jesus, firme como uma rocha tem um corpo musculoso e reluzente, cabeça erguida e olhos fixos no horizonte, como que transcendendo à dor, à violência

⁹ Os Teutões eram os povos germânicos que viviam no centro e norte da Europa. Guerreiro Teutônico simboliza a figura do conquistador germânico.

e a derrota. Do ponto de vista estético, a sistematização de um olhar historiográfico levado ao seu ápice pelos teólogos e religiosos nazistas: O Jesus Ariano. (Chevitaresse; Justi, 2017, p. 12).

Em outra frente os nazistas também souberam utilizar outra poderosa ferramenta para alcance de seus intentos de cooptação da igreja cristã na Alemanha. O Liberalismo Teológico e seu escopo conceitual forneceram ao nazismo fundamentos para um processo de interpretação e adaptação da mensagem do evangelho aos seus propósitos de poder.

Objetivando ser uma tentativa de abordagem da religião de uma perspectiva crítica e racional, essa corrente representou uma tendência de estudos da Teologia que advogava uma hermenêutica antropocêntrica e retirava da Bíblia seu papel de autoridade, transferindo-o para a razão, fundamentando dessa forma a fé cristã não no conteúdo da Palavra, mas na experiência humana. Dessa forma a verve transcendental da fé fundamentada na experiência vivencial de milagres sofre um duro golpe, pois o Liberalismo Teológico se preocupa em capturar muito mais a dimensão ética do Cristo do que a transcendental.

Por isso essa corrente não se preocupa com o Cristo que operou milagres, mas com o Cristo histórico. Nesse mesmo sentido o Antigo Testamento como parte de um todo que aponta para o ministério de Jesus e sua obra redentora, ou seja, como parte de um todo na história do plano da salvação, fica esvaziado de sua dimensão de fé e se torna tão somente o registro histórico de um povo. Hitler e o nazismo souberam habilmente utilizar esses pressupostos em seu favor e para tanto, também desprezavam o Antigo Testamento, pois se tratava da história de um povo que, na visão dos nazistas, era ganancioso.

Para os nazistas eles haviam propiciado as nefastas condições para que a Alemanha chegasse a essa situação de declínio econômico e social. Para Hitler todo e qualquer grupo social ou iniciativa dentro da sociedade deveria compreender que sua missão primordial era servir o Estado.

Portanto os cristãos poderiam e até deveriam professar sua fé desde que isso se adequasse a premissa de que o estabelecimento e a consolidação do poder do Estado Alemão são os verdadeiros dogmas que deveriam ser observados por qualquer grupamento social religioso ou não.

Para isso Hitler se empenhou pessoalmente pelo estabelecimento de uma Igreja do Reich que professava um cristianismo que se adequava as demandas do poder temporal, a saber, o cristianismo positivo. Seus pressupostos representavam um conjunto de ideias diametralmente oposto à mensagem do evangelho. Em 1933 foi dado o pontapé para criação dessa Igreja do Reich. Uma Constituição foi proposta e promulgada para essa Igreja em 22 de Julho de 1933 pelo Parlamento Alemão. Seu lema era: “Um Estado, um Povo, uma Igreja”.

Os cristãos que formavam as fileiras dessa igreja do Reich ficaram conhecidos como cristãos Alemães. Logo em seu alvorecer ficou muito claro que essa Igreja estava disposta a abrir mão de seu papel como guardiã e mensageira do Evangelho para servir a um governo e seu sistema de ideias. Já em setembro do mesmo ano, 1933, a Igreja do Reich e os cristãos Alemães aderem a Cláusula Ariana, um dispositivo que impedia que pastores de ascendência judia ingressassem no pastorado, mas posteriormente todos eles foram obrigados a comprovar que não possuíam essa ascendência. Também foram obrigados a prestar juramento de lealdade absoluta ao Estado nazista.

Daí por diante a Igreja do Reich composta em sua maioria por cristãos Luteranos ou mais corretamente por cristãos Alemães caminhou a passos largos e acelerados para se tornar apenas e tão somente um braço, um tentáculo do Estado nazista. Nos seus templos a Cruz de Cristo foi trocada pela Suástica ou Cruz Gamada, símbolo do nazismo, embora historicamente o nazismo tenha se apropriado desse símbolo. Nos seus cultos Hitler era cultuado como alguém a quem Deus havia conferido uma missão de salvar a Alemanha e a cultura Ocidental dos riscos representados por inimigos como o comunismo e o judaísmo. Hitler se tornara

uma espécie de deus para a consciência coletiva do povo Alemão.

Erwin Lutzer em sua obra *A Cruz de Hitler* nos informa que em um comício na cidade Nuremberg era possível visualizar uma foto gigantesca de Hitler com os seguintes dizeres “No princípio era o Verbo”, fazendo referência direta ao primeiro versículo do primeiro capítulo do Evangelho de São João. Em alguns orfanatos era comum a prática de orações ao Führer.

Führer, meu Führer, que me foste enviado por Deus, protege-me e mantém-me vivo por muito tempo. Salvastes a Alemanha das mais profundas misérias, a ti te devo o meu Pão de cada dia. Führer, meu Führer, minha fé, minha luz, Führer, meu Führer, não me abandones. (Tradução aproximada).

1.1.1 A reação

Na esteira desses acontecimentos nasce uma iniciativa de reação ao processo de cooptação da Igreja Cristã pelo nazismo. Uma liga de pastores contrários a esse processo de nazificação da Igreja Cristã na Alemanha já havia se estabelecido e de 29 a 31 de maio de 1934 eles se reuniram em um Sínodo na cidade de Barmen para formular uma declaração que se estruturou como confissão de fé. Essa liga de pastores ficou conhecida como Igreja Confessante. Não intentavam inicialmente nenhuma ruptura com a igreja do Reich, nem mesmo objetivavam demonstrar uma eventual ilegitimidade do governo nazista.

A teoria dos Dois Reinos de Lutero lhes havia ensinado que o poder temporal era legítimo e devia ser respeitado pela Igreja. A intenção era pressionar para impedir um processo de cooptação e nazificação da Igreja Cristã pelo nazismo. Teólogos e figuras importantes se destacam nesse período como personalidades que lutaram de forma veemente contra esse processo de nazificação da igreja cristã, entre eles Dietrich Bonhoe-

ffer. Mas foi Karl Barth (1886-1968), teólogo reformado Suíço, que havia rompido com a Teologia Liberal, que formulou a Declaração de Barmen. Para o que intenta esse artigo vamos abordar apenas alguns dispositivos dessa Declaração.

1.2 TESE UM

“Eu sou o caminho e a verdade e a vida. Ninguém pode chegar ao Pai sem ser por mim” (João 14, 6). “Ouçam com atenção: aquele que não entra no curral das ovelhas pela porta, mas entra por outro lado, é ladrão e salteador. Eu sou a porta. Aquele que entrar por mim, se salva (João 10. 1,9). Jesus Cristo, como nos é atestado na Sagrada Escritura, é a única Palavra de Deus que devemos ouvir e em quem devemos confiar, e a quem devemos obedecer na vida e na morte. Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja teria o dever de reconhecer –além e a parte da Palavra de Deus – ainda outros acontecimentos e poderes, personagens e verdades como fontes da sua pregação e como revelação divina.

Hitler foi alçado à condição de divindade por grande parte da sociedade Alemã. A ele se atribuía a reestruturação da economia e sociedade na Alemanha e por isso mesmo ele era cultuado como alguém a quem o próprio Deus conferiu uma missão divina. Não é de se estranhar que em um contexto permeado por esse tipo de imaginário coletivo, poderia se construir a ideia de que um líder político encarnasse o papel do redentor. Aquele queria redimir a sociedade de suas desgraças sociais, protegendo-a de ameaças externas e internas. Na Alemanha o culto ao Cristo da Sagrada Escritura foi em grande medida alterado para o culto ao líder político. Por isso mesmo Barth inicia o primeiro dispositivo alertando para o fato de que Cristo é o caminho e a verdade e a vida e é incisivo ao declarar que Ele é o centro da revelação divina e não o Führer do Terceiro Reich.

1.3 TESE DOIS

“É por Deus que vocês vivem em união com Cristo Jesus, que se tornou para nós a sabedoria que vem dele, que por nos pôs em boas relações com Deus, e nos consagrou a ele e nos libertou do pecado” (1º Coríntios 1.30). Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os nossos pecados, assim e também com a mesma seriedade, é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência. Por seu intermédio experimentamos uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas. Rejeitamos a falsa doutrina de que, em nossa existência haveria área sem que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores, áreas em que não necessitaríamos da justificação e santificação por meio dele.

A Igreja do Reich aceitou readaptar a mensagem do evangelho fazendo com que ela se adequasse aos fins propostos pelo nazismo. Para o nazismo o Estado se reveste de uma dimensão também divina na medida em que ele pode realmente conferir paz e equilíbrio social. Logo não se proibia práticas de segmentos religiosos desde que eles se sujeitassem inexoravelmente ao Estado e compreendessem que seus objetivos deveriam ser consentâneos com os do Estado. Em caso diverso eles deveriam se readaptar, se sujeitar. No fim o Estado nazista seria o meio e a ferramenta de justificação e redenção do povo Alemão. Se Hitler e o nazismo se revestiram de uma missão divina, qual seria o motivo para não crer que eles pudessem oferecer justificação segundo seus propósitos.

1.4 TESE TRÊS

“Mas proclamando a verdade com amor, cresceremos em todos os sentidos, para Cristo, que é a cabeça. É nele que todo o corpo se mantém firmemente unido pelas articulações e de cada uma delas recebe força para ir crescendo em harmonia” (Efésios 4. 15-16). A Igreja Cristã é a comunidade dos irmãos, na qual Jesus Cristo age atualmente como

o Senhor na Palavra e nos sacramentos através do Espírito Santo. Como Igreja formada por pecadores justificados, ela deve, num mundo pecador, testemunhar com sua fé, sua obediência, sua mensagem e sua organização que só dele ela é propriedade, que ela vive e deseja viver tão somente da sua consolação e das suas instruções na expectativa da sua vinda. Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a formada sua mensagem e organização, a seu bel prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes.

Nessa tese Barth reforça um conceito extremamente valioso para a teologia do Novo Testamento que é a igreja como corpo de Cristo. Esse conceito constitui basicamente o substrato ou fundamento que permitirá o estabelecimento de igrejas no início do cristianismo. O conceito de igreja como corpo de Cristo permitirá que essa instituição perpassasse séculos de História se mantendo viva, apesar dos inúmeros episódios e contextos em que foi duramente combatida. Esse conceito quer dizer necessária e objetivamente que um corpo só se mantém pelo trabalho de todos os seus membros, ou seja, cada membro possui importância e todos laboram em comum acordo para manutenção do corpo. Todos esses membros são chefiados pela cabeça que é Cristo, ou seja, o Senhor da Igreja.

Mas como enxergar a noção de corpo de Cristo em uma Alemanha que permitia o extermínio em massa, das formas mais vis, de indivíduos pertencentes a tantos grupos sociais e étnicos como ocorrera com judeus, homossexuais e ciganos. Essa igreja que aceitou ser um braço do Estado parecia fechar os olhos para todas as atrocidades perpetradas pelo regime nazista ou talvez pior, ela afirmava ser legítimo o conjunto de ideias sobre os quais se fundamentava. O cristianismo positivo permitiu introdução de uma lógica perversa na Igreja Cristã na Alemanha ferindo princípios tão caros a mensagem do evangelho como a misericórdia, acolhimento, reconciliação e ajuda aos marginalizados. Ironicamente os marginalizados eram exatamente aqueles que o nazismo queria exterminar.

1.4 TESE CINCO

“Tenham temor a Deus, respeitem o Rei” (1 Pedro 2,17). A escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual também vive a Igreja, segundo o padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força. A Igreja reconhece o benefício dessa ordem divina com gratidão e reverência a Deus. Lembra a existência do Reino de Deus, dos mandamentos e da justiça divina, chamando, dessa forma a atenção para as responsabilidades de governantes e governados. Ela confia no poder da Palavra e lhe presta obediência, mediante a qual Deus sustenta todas as coisas. Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir desse modo, a missão confiada à Igreja.

A tese cinco exprime de forma cabal a temática a que se dedica esse artigo, notoriamente reflete sobre a relação entre Estado e Igreja e as implicações decorrentes dessa relação, sobretudo quando ela é vivenciada de forma disfuncional. O que chamo de disfuncional se relaciona ao conflito e num caso mais extremo, ao sequestro de atribuições de um desses pólos, causando sérios prejuízos para uma almejada convivência equilibrada entre poder temporal e religioso. As conclusões se pautarão exatamente na abordagem dessa temática, então procederei a elas ao mesmo tempo em que analiso a tese cinco, a fim de evitar repetições desnecessárias.

CONCLUSÃO

Como referido no início desse artigo o período Contemporâneo desvelou a noção de que Estado e Igreja deveriam ser dimensões autônomas e sua convivência deveria servir a coletividade. Obviamente caberia a Igreja respeitar o papel do Estado, inclusive quando exerce seu poder coercitivo. A observância da teoria dos Dois Reinos de Lutero nunca permitiu a Igreja adotar outra postura senão a de respeito ao papel do Estado e esse, por sua vez, também deveria respeitar e apoiar a Igreja, na medida em que ela atua essencialmente oferecendo suporte espiritual, mas também atua em questões sociais.

O Nazismo sequeiro pela implantação de um projeto de poder quis cooptar a Igreja Cristã na Alemanha, sem a qual, aliás, não teria nem remotamente conseguido consolidar esse poder. Mas é preciso considerar que os pressupostos, as noções e preceitos mais basilares para a Igreja Cristã se confrontavam frontalmente com os fundamentos do sistema Nazista. O fundamento da Igreja Cristã se pautava e se pauta pela observância do ideário do Cristo como servo sofredor, noção estranha, senão mesmo nociva para o Nazismo.

A mensagem do evangelho do qual a Igreja Cristã deveria ser guardiã e propagadora preconizava e preconiza o atendimento dos excluídos e marginalizados, grupos que o nazismo queria exterminar. A Igreja sempre esteve fundamentada sobre a noção de que representa um corpo chefiado pela cabeça que é Cristo. Todos os membros possuem importância para manutenção do corpo, o nazismo, por seu turno, advogava a tese da prevalência e domínio dos mais adaptados e fortes sobre os mais fracos. A Igreja sempre serviu a sociedade e continua cabendo a ela respeitar o papel do Estado. Para o nazismo o Estado representava dimensão completamente soberana e permitiria o trabalho de outras instituições desde que elas manifestassem voto de total lealdade e submissão a ele. Considerando esse conjunto de argumentações nos cabe refletir

sobre como os objetivos da Igreja Cristã e do nazismo poderiam alcançar algum grau de convergência.

Portanto considerando aquele contexto só uma saída poderia ser encontrada para esse impasse. A Igreja Cristã deveria se tornar a Igreja Cristã do nazismo. A ele leal, a ele subjugada, legitimando em seus púlpitos, em todas as prédicas, todas as ações desse regime, ainda que fossem ou representassem medidas completamente inconcebíveis para a lógica do evangelho. Felizmente houve uma reação a esse processo de cooptação da Igreja Cristã pelo nazismo.

Dessa reação obteve-se a Declaração de Barmen, documento formulado pela Igreja Confessante, que procurou esclarecer e consolidar noções extremamente valiosas para a Igreja, a saber: que a Igreja é o corpo de Cristo e não uma ferramenta a serviço dos projetos de poder do nazismo e de qualquer outro sistema político, que a mensagem do evangelho não permite readaptações, readequações para qualquer fim e, sobretudo para os fins espúrios de legitimar governos totalitários, que o ministério da Igreja é acolher os excluídos e marginalizados, não os negligenciar ou tyrannizar como desejava o nazismo, que o ministério da Igreja não serviria a um sistema de poder que possuísse noções tão frontalmente opostas a mensagem do evangelho e acima de tudo, que Estado e Igreja deveriam ser instituições autônomas, que se respeitam mutuamente, que trabalham pela sociedade e sendo assim a Igreja não poderia ser órgão do Estado, sobretudo de um Estado totalitário.

Cabe à Igreja Cristã respeitar as franquias do Estado, cabe a ela servi-lo e trabalhar conjuntamente quando houver convergência de objetivos, cabe a ela legitimar as vias democráticas por onde se escolhem os representantes políticos, mas não cabe a Igreja se imiscuir com sistemas de poder, almejar suas franquias e atribuições, sendo também detentora de uma parcela do poder temporal, pois quando ela corre nessa direção transparece que não mais almeja ser a guardiã e propagadora da mensagem do evangelho, mas sim um braço ou tentáculo do Estado. Quando ela se

torna uma representante de um sistema de poder, reverberando seus princípios, discursos e representações simbólicas, ela deixa de ser Igreja de Cristo para incorrer no risco de se tornar a Igreja do 3º Reich, a Igreja do nazismo.

REFERÊNCIAS

CHEVITARESE, André Leonardo; JUSTI, Daniel Brasil. **O Jesus Ariano: O imaginário e as concepções historiográficas do Jesus histórico na Alemanha Nazista.** Horizonte, Belo Horizonte, v. 15, n. 45, p. 188-205, jan./mar. 2017.

EVANS, Richard J. **Terceiro Reich na história e na memória.** São Paulo: Planeta doBrasil, 2018.

MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. Protestantismo, Estado de Direito e Totalitarismo. **R. Faculdade de Direito.** Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 157-173, jan./jun. 2013.

FERREIRA, Franklin. **A Igreja Confessional Alemã e a “Disputa pela Igreja” (1933-1937).** Fides Reformata, v. XV, n. 1, p. 9-36, 2010.

LUTZER, Erwin W. **A Cruz de Hitler: como a Cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia Nazista.** São Paulo: Editora Vida, 2003.

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar (1919-1933).** São Paulo: Editora Cia das Letras, 1988.

SILVA, Julio César Silveira Da. **Karl Barth: um chamado Cristão a desobediência civil.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Curso de pós-graduação em Ciências da Religião, PUC-SP, São Paulo, 2011.

STEIGMANN-GALL, Richard. **O Santo Reich: concepções Nazistas do Cristianismo, 1919-1945.** Rio de Janeiro: Editora Imago, 2004.